PREFEITURA MUNICIPAL **DE ARARAQUARA**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA LEI Nº 11.208, DE 22 DE MAIO DE 2024 Autógrafo nº 166/2024 - Projeto de Lei nº 174/2024

> Autoriza a abertura, no Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, de um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil reais), e de um crédito adicional especial, no valor de R\$ 0.000.000,00 (dois milhões e vinte mil reais), e de um crédito adicional especial, no valor de R\$ 0.000.000,00 (quiphentes mil reais), e dá 500.000,00 (quinhentos mil reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, com O PREFEITO DO MONICIPIO DE ANARAQUARA, Estado de Sab Paulo, com fundamento no inciso IV, primeira parte, do "caput" do art. 112, da Lei Orgânica do Município de Araraquara, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 21 de maio de 2024, promulga a seguinte lei

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a autorização para a abertura de créditos adicionais especial e suplementar no Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraguara (DAAE), nos termos em que especifica, e dá outras providências

CAPÍTULO II

DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no DAAE um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil reais), para atender às despesas de servicos de locação de bomba submersa para o Poco Jatobá, construção de guarita e casa de química no Poço Planalto, instalação de barrilete na Captação Paíol, aquisição de bomba de recalque para o Reservatório Rodovia, adequação na passarela de coleta da ETE Araraquara e execução de travessia aérea de rede de esgoto sobre o Ribeirão

das Cruzes, conforr	ne demonstrativo abaixo:		
03	DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		
03.33	GESTÃO OPERACIONAL		
03.33.01	GESTÃO OPERACIONAL		
FUNCIONAL PROGR	AMÁTICA		
17	SANEAMENTO		
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
17.512.0007	GESTÃO ESTRATÉGICA DO SISTEMA DE ÁGUA		
17.512.0007.2	Atividade		
17.512.0007.2.010	ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SISTEMA DE ÁGUA R\$ 700.000		
CATEGORIA ECONÔ	MICA		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	700.000,00
FONTE DE	4 - Recursos Próprios da Administração Indireta		
RECURSO			
FUNCIONAL PROGR	2000 PM		
17	SANEAMENTO		
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
17.512.0007	GESTÃO ESTRATÉGICA DO SISTEMA DE ÁGUA		
17.512.0007.2	Atividade		
17.512.0007.2.011	MELHORIAS E AMPLIAÇÕES DO SISTEMA DE ÁGUA	R\$	1.110.000,00
CATEGORIA ECONÔ	MICA		
	Obras e Instalações	R\$ R\$	460.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		650.000,00
FONTE DE	4 - Recursos Próprios da Administração Indireta		
RECURSO	A0 (1994)		
FUNCIONAL PROGR			
17	SANEAMENTO		
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
17.512.0008	GESTÃO ESTRATÉGICA DO SISTEMA DE ESGOTO		
17.512.0008.2	Atividade		
17.512.0008.2.013		R\$	210.000,00
	ESGOTO		
CATEGORIA ECONÔ	MICA		
	Obras e Instalações	R\$	210.000,00
FONTE DE	4 - Recursos Próprios da Administração Indireta		
RECURSO			
Δrt	39 O crédito adicional suplementar autorizado no a	irt 2	9 desta lei ser

Art. 3º O crédito adicional suplementar autorizado no art. 2º desta lei será coberto com recursos orçamentários provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil reais), conforme abaixo

03	DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		
03.33	GESTÃO OPERACIONAL		
03.33.01	GESTÃO OPERACIONAL		
FUNCIONAL PROGRA	MÁTICA		
17	SANEAMENTO		
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
17.512.0007	GESTÃO ESTRATÉGICA DO SISTEMA DE ÁGUA		
17.512.0007.1	Projeto		
17.512.0007.1.002	CONSTRUÇÃO DE POÇOS		1.170.000,00
CATEGORIA ECONÔN	/ICA		
4.4.90.51	Obras e Instalações	R\$	1.170.000,00
FONTE DE RECURSO	4 - Recursos Próprios da Administração Indireta		
FUNCIONAL PROGRA	MÁTICA		
17	SANEAMENTO		
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
17.512.0007	GESTÃO ESTRATÉGICA DO SISTEMA DE ÁGUA		
17.512.0007.1	Projeto		
17.512.0007.1.156	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	R\$	850.000,00
CATEGORIA ECONÔN	/ICA		
4.4.90.51	Obras e Instalações	R\$	850.000,00
FONTE DE RECURSO	4 - Recursos Próprios da Administração Indireta		

CAPÍTULO III

DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no DAAF um crédito adicional Dragagem de lodo de sedimentação II da Estação de Tratamento de Esgotos do DAAE de

Araraquara, comorni	ic demonstrativo abaixo.		
03	DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO		
03.33	GESTÃO OPERACIONAL		
03.33.01	GESTÃO OPERACIONAL		
FUNCIONAL PROGRA	MÁTICA		
17	SANEAMENTO		
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
17.512.0008	GESTÃO ESTRATÉGICA DO SISTEMA DE ESGOTO		
17.512.0008.1	Projeto		
17.512.0008.1.206	DRAGAGEM DO LODO DAS LAGOAS DE SEDIMENTAÇÃO DA ETE ARARAQUARA - CONVÊNIO FEHIDRO	R\$	500.000,00
CATEGORIA ECONÔN	MICA		
4.4.90.51	Obras e Instalações	R\$	500.000,00
FONTE DE RECURSO	4 - Recursos Próprios da Administração Indireta		

Art. 5º O crédito autorizado no art. 4º desta lei será coberto com recursos orçamentários provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$

03	DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO			
03.33	GESTÃO OPERACIONAL			
03.33.01	GESTÃO OPERACIONAL			
FUNCIONAL PROGRA	MÁTICA			
17	SANEAMENTO			
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO			
17.512.0007	GESTÃO ESTRATÉGICA DO SISTEMA DE ÁGUA			
17.512.0007.1	Projeto			
17.512.0007.1.156	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RESERVATÓRIOS	R\$	500.000,00	
CATEGORIA ECONÔN	/ICA			
4.4.90.51	Obras e Instalações	R\$	500.000,00	
FONTE DE RECURSO	4 - Recursos Próprios da Administração Indireta			

CAPÍTULO IV

Art. 6º Ficam inclusos os créditos adicionais especial e suplementar de que trata esta lei na Lei nº 10.340, de 27 de outubro de 2021 (Plano Plurianual – PPA), na Lei nº $^{\circ}$ 10.843, de 29 de junho de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), e na Lei nº 11.046, de 20 de dezembro de 2023 (Lei Orçamentária Anual – LOA).

> Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO RUBENS CRUZ", 22 de maio de 2024.

> > Prefeito Municipa

Secretário Municipal de Governo

DELORGES MANO

Superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Relações Institucionais na data supra

ALEXANDRE HENRIQUE FRIGIERI Coordenador Executivo de Justiça e Relações Institucionai

Arquivada em livro próprio. Processo nº 43754/2024 ("RAP"

FOLHA DA CIDADE: 3332-3626

PREF. MUNIC. DE ARARAQUARA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA LEI Nº 11.209. DE 22 DE MAIO DE 2024

> Autoriza a abertura de um crédito adiciona especial, até o limite de R\$ 276.208,33 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), destinado a abertura de dotações orçamentárias referentes a reprogramação das portarias 369/2020 e 378/2020 conforme disposto na portaria MDS nº 973/2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, com fundamento no inciso IV, primeira parte, do "caput" do art. 112, da Lei Orgânica do Município de Araraquara, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 21 de maio de 2024, promulga a seguinte lei:

até o limite de R\$ 276.208,33 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), destinado a abertura de dotações orçamentárias referentes a reprogramação das portarias 369/2020 e 378/2020, conforme disposto na portaria MDS nº 973/2024, e dá outras providências:

DODED EVECUTIVO

02	PODER EXECUTIVO		
02.12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIME		
	SOCIAL		
02.12.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
FUNCIONAL PROGRAM	NÁTICA		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
08.244.0136	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS		
08.244.0136.2	Atividade		
08.244.0136.2.411	REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PÓS-PANDEMIA	R\$	137.545,49
	REF.PORTARIA MDS № 973/2024 (PORT		
	369/2020)		
CATEGORIA ECONÔMI	CA		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	51.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	R\$	86.545,49
FONTE DE RECURSO	5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS		
FUNCIONAL PROGRAM	1ÁTICA		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
08.244.0136	ACÕES SOCIOASSISTENCIAIS		
08.244.0136.2	Atividade		
08.244.0136.2.412	REPROGRAMAÇAO FINANCEIRA POS-PANDEMIA	R\$	12.822,87
	REF.PORTARIA MDS Nº 973/2024 (PORT		
	369/2020/EPIS)		
CATEGORIA ECONÔMI	CA		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	R\$	12.822,87
FONTE DE RECURSO	5 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VIN	CULAI	DOS
FUNCIONAL PROGRAM	NÁTICA		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
08.244.0136	AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS		
08.244.0136.2	Atividade		
08.244.0136.2.413	REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PÓS-PANDEMIA	RŚ	125.839.97
	REF.PORTARIA MDS № 973/2024 (PORT		
	378/2020/INCREMENTO TEMP.)		
CATEGORIA ECONÔMI	CA		
		RŚ	25.839.97
3.3.90.30	Material de Consumo	US	
	Material de Consumo Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	
3.3.90.39			20.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no art. 1º desta lei será coberto com recursos orçamentários provenientes de superávit financeiro obtido pelo repasse do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), conforme disposto no inciso I do § 1º e no § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, apurados em balanço patrimonial do exercício

Art. 3º Fica incluso o presente crédito adicional especial

l – na Lei nº 10.340, de 27 de outubro de 2021 (Plano Plurianual – PPA);

II - na Lei nº 10.843, de 29 de junho de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias

III - na Lei nº 11.046, de 20 de dezembro de 2023 (Lei Orçamentária Anual LOA)

> Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO RUBENS CRUZ", 22 de maio de 2024.

> > **EDINHO SILVA** Prefeito Municipal

DONIZETE SIMIONI

Secretário Municipal de Governo Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Relações Institucionais na data supra

Coordenador Executivo de Justica e Relações Institucionais

Arquivada em livro próprio. Pro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAOUARA LEI Nº 11.211, DE 22 DE MAIO DE 2024 rafo nº 169/2024 - Projeto de Lei nº 177/2024

Autoriza a concessão de subvenções sociais às entidades que específica, e dá outras

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, com fundamento no inciso IV, primeira parte, do "caput" do art. 112, da Lei Orgânica do Município de Araraquara, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 21 de maio de 2024, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, no corrente exercício, subvenções sociais até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), às entidades de assistência social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, para despesa com custeio da programação de Emenda Parlamentar com Programação nº 350320820240004, para implementação dos serviços assistenciais de ação continuada

serão efetuados pela Prefeitura do Município de Araraquara, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social às entidades, em parcela única do corrente exercício, de acordo com desembolso efetuado pelo Fundo Nacional da Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social, para proteção social especial de alta complexidade, conforme abaixo especificado:

I - Serviço de acolhimento institucional para idosos

ENTIDADES	C.N.P.J.	VALOR POR ANO
1. Lar São Francisco de Assis	43.962.323/0001-79	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco
		mil reais)
2. Vila Vicentina-Obra Unida	45.747.003/0001-21	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco
a Sociedade São Vicente de		mil reais)
Paulo		

1. Instituto dos Cegos Santa 43.971.449/0001-00 R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

ENTIDADES VALOR POR ANO

mil reais) Art. 3º As entidades beneficiadas obrigam-se a utilizar os recursos exclusivamente conforme termo de parceria celebrado com o município nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 11.434, de 18 de julho de 2017, bem como do respectivo plano de trabalho, previamente aprovado pela Comissão

08.848.751/0001-74

Parágrafo único. Caso os recursos sejam utilizados em desacordo com o plano o, poderão ser aplicadas as sanções descritas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no Decreto nº 11.434, de 2017.

Art. 4º Os recursos de que tratam os arts. 1º e 2º desta lei serão repassados às entidades em consonância com o cronograma de desembolso constante do plano de rabalho integrante do termo de parceria previamente aprovado pela Comissão Per

Parágrafo único. Eventual atraso no repasse dos recursos de que trata o "caput" deste artigo permite o ressarcimento de despesas efetuadas com recursos próprios

Art. 5º A utilização dos recursos financeiros e a entrega da prestação de contas deverão seguir o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, no Decreto nº 11.434, de 2017, e no termo de parceria celebrado entre as entidades beneficiadas e o município

Parágrafo único. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no plano de

Art. 6º Deverá ser restituído ao Fundo Municipal de Assistência Socia eventual saldo de recursos não utilizados, por meio de depósito bancário identificado pelo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) das entidades, a ser realizado no Banco do Brasil S/A, agência 0082-5, conta corrente nº 114.726-9.

> Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO RUBENS CRUZ", 22 de maio de 2024.

Prefeito Municipal

Permanente de Seleção

Secretário Municipal de Governo

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Relações Institucionais na data supra

Coordenador Executivo de Justiça e Relações Institucionais

PREF. MUNIC. DE ARARAQUARA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA LEI № 11.212. DE 22 DE MAIO DE 2024 Autógrafo nº 170/2024 - Projeto de Lei nº 178/2024

> Autoriza a concessão de subvenção social à Auxiliadora", e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARABAOLIARA. Estado de São Paulo, com fundamento no inciso IV, primeira parte, do "caput" do art. 112, da Lei Orgânica do Município de Araraquara, de acordo com o que aprovou a Câmara Municípial em sessão ordinária de 21 de maio de 2024, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, no corrente exercício. subvenção social até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), à entidade de assistência social, devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, para despesa com custeio da programação de Emenda Parlamentar com Programação nº 350320820240001, para implementação dos serviços assistenciais de ação continuada.

Art. 2º O repasse dos recursos financeiros de que trata o art. 1º desta lei serão efetuados pela Prefeitura do Município de Araraquara, por meio do Fundo Municípial de Assistência Social à entidade Nosso Ninho "Therezinha Maria Auxiliadora", CNPJ 43.975.127/0001-39, no valor de RS 200.000.00 (duzentos mil reais), em parcela única do corrente exercício, de acordo com desembolso efetuado pelo Fundo Nacional da Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social, conforme abaixo específicado, para implementação de serviços de proteção social especial de alta complexidade, relativamente ao serviço de acolhimento institucional para pessoas com deficiência.

Art. $3^{\rm o}$ A entidade beneficiada obriga-se a utilizar os recursos exclusivamente conforme termo de parceria celebrado com o município nos termos da Lei Federal $n^{\rm o}$ 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 11.434, de 18 de julho de 2017, bem como do respectivo plano de trabalho, previamente aprovado pela Comissão Permanente de

Parágrafo único. Caso os recursos sejam utilizados em desacordo com o plano de trabalho aprovado, poderão ser aplicadas as sanções descritas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no Decreto nº 11.434, de 2017.

Art. 4º Os recursos de que tratam os arts. 1º e 2º desta lei serão repassados à entidade em consonância com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho integrante do termo de parceria previamente aprovado pela Comissão Permanente de

Parágrafo único. Eventual atraso no repasse dos recursos de que trata o "caput" deste artigo permite o ressarcimento de despesas efetuadas com recursos próprios da entidade, desde que previstas no plano de trabalho.

Art. 5º A utilização dos recursos financeiros e a entrega da prestação de contas deverão seguir o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, no Decreto nº 11.434.

Parágrafo único. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no plano de

Art. 6º Deverá ser restituído ao Fundo Municipal de Assistência Social eventual saldo de recursos não utilizados, por meio de depósito bancário identificado pelo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade, a ser realizado no Banco do Brasil S/A, agência 0082-5, conta corrente nº 114.727-7.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

trabalho acarretará sanções à entidade, conforme a legislação vigente.

PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO RUBENS CRUZ", 22 de maio de 2024.

EDINHO SILVA Prefeito Municipal

DONIZETE SIMIONI Secretário Municipal de Governo

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Relações Institucionais na data supra.

ALEXANDRE HENRIQUE FRIGIERI

Coordenador Executivo de Justiça e Relações Institucionais

Arquivada em livro próprio. Processo nº 43986/2024 ("RAP")



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA LEI № 11.213, DE 22 DE MAIO DE 2024 Autógrafo nº 171/2024 - Projeto de Lei nº 179/2024

Autoriza a concessão de subvenção social à entidade Nosso Ninho "Therezinha Maria Auxilíadora", e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, com fundamento no inciso IV, primeira parte, do "caput" do art. 112, da Lei Orgânica do Município de Araraquara, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 21 de maio de 2024, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, no corrente exercício, subvenção social até o valor de RS 200 000 00 (duzentos mil reais), à entidade de assistência social, devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, parte a Social, devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, para despesa com custeio da programação de Emenda Parlamentar com Programação nº 350320820240002, para implementação dos serviços assistenciais de ação continuada.

Art. 2º O repasse dos recursos financeiros de que trata o art. 1º desta lei serão efetuados pela Prefeitura do Município de Araraquara, por meio do Fundo Municípal de Assistência Social à entidade Nosso Ninho "Therezinha Maria Auxiliadora", CNPJ 43.975.127/0001-39, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em parcela única do corrente exercício, de acordo com desembolso efetuado pelo Fundo Nacional da Assistência nto Social, confor ne abaixo especificado, para implementação de serviços de proteção social especial de alta complexidade, relativamente ao servico de acolhimento institucional para pessoas com deficiência

Art. 3º A entidade beneficiada obriga-se a utilizar os recursos exclusivamente conforme termo de parceria celebrado com o município nos termos da Lei Federal $n^{\rm o}$ 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto $n^{\rm o}$ 11.434, de 18 de julho de 2017, bem como do respectivo plano de trabalho, previamente aprovado pela Comissão Permanente de

Parágrafo único. Caso os recursos sejam utilizados em desacordo com o plano abalho aprovado, poderão ser aplicadas as sanções descritas no art. 73 da Lei Federal n 13.019, de 2014, e no Decreto nº 11.434, de 2017.

Art. 4º Os recursos de que tratam os arts. 1º e 2º desta lei serão repassados à entidade em consonância com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho integrante do termo de parceria previamente aprovado pela Comissão Permanente de

"caput" deste artigo permite o ressarcimento de despesas efetuadas com recursos próprios da entidade, desde que previstas no plano de trabalho. Art. 5º A utilização dos recursos financeiros e a entrega da prestação de

Parágrafo único. Eventual atraso no repasse dos recursos de que trata o

contas deverão seguir o disposto na Lei Federal $n^{\rm o}$ 13.019, de 2014, no Decreto $n^{\rm o}$ 11.434, de 2017, e no termo de parceria celebrado entre a entidade beneficiada e o município. Parágrafo único. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no plano de

trabalho acarretará sanções à entidade, conforme a legislação vigente. Art. 6º Deverá ser restituído ao Fundo Municipal de Assistência Social

eventual saldo de recursos não utilizados, por meio de depósito bancário identificado pelo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade, a ser realizado no Banco do Brasil S/A, agência 0082-5, conta corrente nº 114.726-9 Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

PACO MUNICIPAL "PREFEITO RUBENS CRUZ". 22 de maio de 2024.

EDINHO SILVA Prefeito Municipal

DONIZETE SIMIONI

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Relações Institucionais na data supra.

ALEXANDRE HENRIQUE FRIGIERI Coordenador Executivo de Justiça e Relações Institucionais

Arquivada em livro próprio. Processo nº 43695/2024 ("RAP")



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARARAQUARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DE SUPERVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

MODALIDADE: CONCORRENCIA PUBLICA N.º 027/2024

PROCESSO: N.º 6.347/2.024

CONTRATO: N.º 008/2024

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER CONTRATADA: FABIANO DONIZETE DE OLIVEIRA LTDA

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONCLUSÃO DAS ACADEMIAS AO AR LIVRE. - PRAÇA "SRA. ZULMIRA ROCHA CORREA". -PRAÇA "JOÃO ALMEIDA LEITE MORAES". - PRAÇA "VEREADOR OMAR DE SOUZA E SILVA". CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS QUE FICAM FAZENDO PARTE

VIGÊNCIA: O prazo máximo para a execução e entrega do total da finalização das obras que constituí o objeto deste contrato, será de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da 1ª Ordem de Serviço. Havendo necessidade, devidamente justificada e aceita, o prazo da execução poderá ser prorrogado, com processo levado a termo nos termos do art 111 da Lei 14.133/21.

> Araraquara, 04 de junho de 2.024 MILENA MALHEIROS PAVANELLI

Secretária de Esportes e Lazer